



JÚLIA KAROLINE TEIXEIRA SABIÁ

**QUEM FALA PELO BOLSA FAMÍLIA? A VOZ DAS
BENEFICIÁRIAS E DOS BENEFICIÁRIOS NOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO**

LAVRAS – MG

2022

JÚLIA KAROLINE TEIXEIRA SABIÁ

**QUEM FALA PELO BOLSA FAMÍLIA? A VOZ DAS BENEFICIÁRIAS E DOS
BENEFICIÁRIOS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof (a). Dr (a). Camila Maria Risso Sales
Orientadora

LAVRAS – MG

2022

RESUMO

O Programa Bolsa Família, mesmo tendo sido revogado pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro, ainda se constitui como uma das principais políticas públicas brasileiras. Com isso, temas relacionados ao programa ocupam grande espaço na mídia nacional e internacional. O presente trabalho, cujo tema “Quem fala pelo Bolsa família? A voz das beneficiárias e dos beneficiários nos meios de comunicação”, consiste em investigar como o Jornal Folha de S. Paulo representa o Programa Bolsa Família, observando especialmente os textos que apresentam a perspectiva das beneficiárias e dos beneficiários do programa. Objetiva-se, portanto, investigar como se dá a cobertura jornalística do Programa Bolsa Família, com foco nos informantes. Para isso, a partir do recorte temporal estabelecido para o ano de 2020, e da combinação de palavras-chave, foram selecionados e analisados textos de três cadernos diferentes: Economia, Poder e Cotidiano. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise de conteúdo qualitativa. Em uma análise preliminar foi possível identificar que, quantitativamente, a Folha de S. Paulo representa o PBF muito mais em seu viés econômico do que político e social. Além disso, foi possível inferir que a grande maioria dos artigos publicados não representa a voz das pessoas beneficiadas. Após leitura exaustiva, os dados foram compilados e classificados em unidades temáticas gerais. A partir dessas temáticas, foi possível concluir que a voz das beneficiárias e dos beneficiários perde relevância na medida em que a temática se aproxima dos assuntos que integram o núcleo do processo político. E, por fim, após análise dos textos que incluem a perspectiva das beneficiárias e dos beneficiários foi possível concluir que a Folha de S. Paulo, quando representa a voz da pessoa beneficiada tende a dar maior enfoque aos problemas que aos benefícios da política pública.

Palavras-chave: Bolsa Família; Mídia; Política Pública.

ABSTRACT

The *Bolsa Família* Program, despite having been revoked by the government of Jair Messias Bolsonaro, still constitutes one of the main Brazilian public policies. As a result, topics related to the program occupy a large space in the national and international media. The present assignment, whose theme is "Who speaks for *Bolsa Família*? The voice of the beneficiaries in the media", investigates how the newspaper *Folha de S. Paulo* represents the *Bolsa Família* Program, especially by observing the texts that present the perspective of the program's beneficiaries. Therefore, the objective is to investigate how the journalistic coverage of the *Bolsa Família* Program is given, by focusing on informants. Thus, from the time frame established for the year 2020, and the combination of keywords, texts from three different sections were selected and analyzed: the Economy section, the Official authority section, and the daily life section. The research methodology used was qualitative content analysis. In a preliminary analysis, it was possible to identify that, quantitatively, *Folha de S. Paulo* represents the *Bolsa Família* Program much more in its economy than in its political and social bias. Moreover, it was possible to infer that the vast majority of published articles do not represent the voice of the benefited people. After exhaustive reading, the data were compiled and classified into general thematic units. From these themes, it was possible to conclude that the voice of the female and male beneficiaries loses relevance as the subject approaches the issues that are part of the core of the political process. Finally, after analyzing the texts that include the perspectives of female and male beneficiaries, it was possible to conclude that when *Folha de S. Paulo* represents the voice of the beneficiary, it tends to focus on the problems rather than the benefits of public policy.

Keywords: Bolsa família; media; public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos que tratam do PBF publicados pela Folha de São Paulo.....	23
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de artigos publicados em cada caderno	24
Gráfico 2 - Textos que incluem a perspectiva dos beneficiários.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:.....	31
----------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Assistência Social e Transferência de Renda	12
2.2	Programa Bolsa Família	14
2.3	Mídia, Política Pública e a Voz dos Beneficiários e Beneficiárias	16
3	METODOLOGIA	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
4.1	A voz dos beneficiários dentro das diferentes temáticas: política, economia e cotidiano.	21
4.2	Como a Folha de S. Paulo retrata a perspectiva do beneficiário e da beneficiária do PBF	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) se constitui como uma das principais políticas públicas brasileiras. Com isso, ao longo dos anos, vem ganhando espaço na cobertura midiática do Brasil e do mundo. Temas afeitos à relação da mídia com a política sempre estiveram interligados, porém, com o advento dos meios de comunicação de massa e a consequente ampliação do acesso aos agentes políticos e a seus discursos, essa relação tornou-se ainda mais particular (MIGUEL, 2002).

Sendo, mais do que nunca, importante reconhecer que a mídia exerce influência direta na política e, conseqüentemente, nas políticas públicas. Ao analisar a relação mídia e política, no que tange o PBF, é possível perceber uma intensa cobertura midiática, já que existe uma grande quantidade de artigos publicados. Apesar disso, é possível perceber também, que os debates a respeito do programa nem sempre giram em torno de posições vinculadas a determinados atores, gerando com isso, divergências em torno de sua eficácia, necessidade e sustentabilidade (BICHIR, 2010).

Como isso, a presente pesquisa, cujo tema “Quem fala pelo bolsa família? A voz das beneficiárias e dos beneficiários nos meios de comunicação”, consiste em investigar como o Jornal Folha de S. Paulo representa o Programa Bolsa Família, observando especialmente os textos que apresentam a perspectiva das beneficiárias e beneficiários do programa.

Cabe ressaltar que o contexto pandêmico, vivenciado no ano de 2020, influenciou diretamente nos dados coletados, já que o Governo Federal instituiu, em virtude do estado de calamidade pública, o Auxílio Emergencial, que inicialmente seria pago em três parcelas, a partir de abril, mas que, no entanto, se estendeu até outubro de 2021. O auxílio emergencial cobriu grande parcela da população, inclusive as pessoas que faziam parte do PBF, que passaram a receber o valor do auxílio, temporariamente, enquanto este se apresentasse como mais vantajoso.

Mesmo após o fim do Auxílio Emergencial, a transferência de renda não deve voltar aos padrões estabelecidos antes de vigorar o estado de calamidade pública no Brasil. Isso por que, após 18 anos, o Bolsa Família foi revogado através de medida provisória instituída pelo Governo Bolsonaro. O PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil, novo programa de distribuição de renda do Governo Federal, que tem seu início cercado por polêmicas, especialmente por ser instituído em ano eleitoral a partir de um provável rompimento no teto dos gastos. Além disso, existe uma obscuridade no que diz respeito ao financiamento do novo programa já que o Governo Federal não indicou a fonte de receitas para efetuar o pagamento do valor dos R\$

400,00 previstos. A falta de planejamento em torno do programa, além de desestabilizar a economia coloca em risco o futuro da assistência social no Brasil, já que existem incertezas no que diz respeito à perenidade do programa.

Com isso, temas relacionados ao PBF e a transferência de renda vem sendo constantemente vinculados na mídia. Isso, atrelado ao eminente interesse em programas sociais governamentais fez com que começasse a ser delimitado o tema desse trabalho. Interesse este que se consolidou a partir da participação como bolsista CNPq no projeto de pesquisa “Políticas públicas nos meios de comunicação: o programa bolsa família na imprensa nacional e internacional”, do qual resultou o trabalho que aqui deverá ser aprofundado. Ademais, entender como os meios de comunicação constroem imagens sobre PBF justifica-se na medida em que ele foi o maior programa de distribuição direta de renda do mundo, além disso, representa grande abrangência, já que possui uma intersectorialidade que permite impactos significativos em diferentes áreas da Ciência Política e da Administração Pública.

No setor da assistência social, o programa se constitui como a principal política pública de combate à fome. No entanto, sua importância transcende esse objetivo, pois a transferência de renda, especialmente para as mulheres, funciona como um mecanismo de liberdade financeira e pessoal (REGO; PINZANI, 2013). Financeira, no sentido que vai além de se alimentar e se vestir, mas se alimentar e se vestir bem; e pessoal, no sentido de fazer com que a mulher se torne, em si, uma cidadã provida de autonomia.

Nas políticas econômicas, o programa exerce sua importância a partir do fluxo circular da renda, pois, além de contribuir para o combate à fome e à desigualdade, tem efeito multiplicador no consumo final das famílias e no Produto Interno Bruto (PIB). Em síntese, cada real gasto no PBF estimula um crescimento de R\$ 1,78 no PIB (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

Devido aos benefícios citados, o programa se apresenta como uma marca eleitoral de muitos políticos, todavia, enfrenta alguma resistência devido ao crescente impacto orçamentário. Entre 2004 e 2008, o gasto tributário federal estimado cresceu mais de 150%, sendo que, no ano de 2010, os gastos tributários sociais corresponderam a 29,8% dos gastos totais (BEGHIN; CHAVES; RIBEIRO, p. 375, 2010). Só com o PBF, foram gastos, no mesmo ano, em torno de 14 bilhões de reais (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Dada a sua importância, é preciso entender como os meios de comunicação representam o programa, já que a relação entre a mídia e a política diz respeito a problemáticas que se interligam. Os meios de comunicação são cruciais quanto à definição de

agenda não se limitando, no entanto, a uma apresentação dos temas. Os meios de comunicação de massa, além de apresentarem os temas, discorrem também acerca de um modelo de como se pensar sobre eles. Compreender como a mídia representa determinados assuntos e como constrói imagens sobre eles é fundamental para entender a maneira como funciona a política contemporânea e qual o efeito disso na implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Partindo desse princípio, a pesquisa tem como objetivo geral investigar como se dá a cobertura jornalística do Programa Bolsa Família, com foco nos informantes. Já os objetivos específicos da pesquisa consistiram em: identificar, estudar e compreender as principais discussões sobre as relações entre a mídia e a política e a importância da construção de imagens de políticas públicas; realização de um levantamento acerca do referencial teórico sobre o tema; fazer uma pesquisa exploratória e estabelecer os recortes temporal e temático a partir do veículo de mídia selecionado, Folha de S. Paulo; analisar o papel dos beneficiários como informantes do meio de comunicação selecionado.

Sendo assim, o presente trabalho se configura como uma pesquisa descritiva qualitativa. Segundo Gil (2008), “por pesquisa descritiva entende-se aquelas cujo objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis”, sendo qualitativa na medida em que se parte da observação de fatos que se deseja conhecer, nesse caso, a cobertura jornalística do PBF. A análise dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo qualitativa, que se constitui como uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos (MORAES, 1999). Essa análise, segundo Moraes, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

O meio de comunicação a ser pesquisado é considerado pelos pesquisadores do tema como um dos mais tradicionais de seu segmento. Além disso, é o jornal de maior circulação no Brasil e tem capacidade de influenciar a opinião pública desempenhando ainda o papel de construção de agenda, delimitando os assuntos que tomam o debate público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Assistência Social e Transferência de Renda

Assistência social se constitui como uma política pública que tem por objetivo garantir o apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos (Ministério da Cidadania). De acordo com Potyara Pereira (2008), a origem da assistência social institucional se deu na Grã-Bretanha a partir da “lei dos pobres”, que tinha por objetivo controlar as relações de trabalho, sendo, portanto, mais punitiva que protetora. No entanto, de acordo com a autora, somente com a institucionalização do *Welfare State* (Estado de Bem-estar), já em meados do século XX, “a política social se tornou um meio possível e legítimo de concretização de direitos sociais e cidadania” (PEREIRA, 2008).

O processo de institucionalização das políticas sociais no Brasil se deu de forma parecida com o que se viu no restante do mundo. Até 1930, as políticas sociais que existiam no país eram isoladas e possuíam um cunho assistencialista. O movimento de constituição da dimensão social da sua regulação e intervenção se iniciou somente a partir desse mesmo ano. (DRAIBE, 1994; p. 271). Segundo Draibe, os anos 1930 foram fundamentais no que diz respeito à legislação trabalhista, no entanto, somente a partir de meados da década de 1960 houve uma radical transformação da armação institucional e financeira do perfil da política social.

Apesar dos avanços, Draibe (1994; p. 305) pontua que as políticas sociais do período foram frágeis e pouco capazes de reduzir as grandes disparidades de oportunidades e o “fosso que separava a grande minoria “protegida” da grande maioria desprotegida e marginalizada”. Somente após a redemocratização, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, objetivou-se tornar a assistência social um direito universal (Art. 194).

A partir dessa nova concepção, a assistência social brasileira passou a ser regulamentada como uma política pública pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Datada de 1993, a LOAS, em seu artigo primeiro, define a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Em seu Artigo 5º, a LOAS define como diretrizes da assistência social a descentralização político-administrativa, a participação da população e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (BRASIL, 1993). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

A nova relação de debate com a sociedade civil, efetivada por meio dos mecanismos de participação e deliberação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a realização das conferências municipais, do Distrito Federal, estaduais e nacional da Assistência Social, culminou na definição das novas bases e diretrizes para a nova Política Nacional da Assistência Social/SUAS, concretizada em setembro de 2004, após um amplo processo desencadeado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em todo o território nacional (2005).

Ainda segundo o MDS, a Norma Operacional Básica do SUAS, disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, ou seja, se cabe a LOAS regulamentar a assistência social como uma política pública, cabe ao SUAS materializar o conteúdo da LOAS, “cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social” (MDS, 2005).

Sendo assim, o SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Sendo, portanto, o responsável direto à proteção social, vigilância social e defesa dos direitos socioassistenciais. Isso é feito a partir de uma rede socioassistencial, que segundo o MDS, pode ser entendida como um conjunto integrado de ações, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos.

Dentre os benefícios operacionalizados pelo SUAS está a transferência de renda. Por transferência de renda entendem-se programas que visam o repasse direto de recursos, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social. Programas de transferência de renda vêm sendo implementados na Europa desde 1930, porém o debate no âmbito internacional foi ampliado somente a partir dos anos 1980 (SILVA, 2005).

Segundo Silva (2005), no Brasil, a primeira discussão sobre transferência de rendimento mínimo data de 1975, porém a ideia de instituição de Programas de Transferência de Renda se integra efetivamente à agenda pública brasileira a partir de 1991, tendo início

com o Bolsa Escola, se consolidando com Programa Bolsa Família e culminando no Auxílio Brasil.

2.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído no Brasil pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva a partir da medida provisória nº 132 de 2003, sendo convertido na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Ao longo de seus 18 anos, o PBF se constitui como o maior programa de transferência de renda do mundo, servindo de instrumento para diminuir a desigualdade social no Brasil e tirar o país do mapa da fome. Ainda assim, no ano de 2021, o Programa foi extinto, primeiramente através de medida provisória e posteriormente por lei instituída pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro¹.

O último balanço do Programa Bolsa Família foi disponibilizado pelo IPEA em 2019, ano que completou 15 anos. O balanço demonstra como, ao logo desses 15 anos, o programa se tornou peça fundamental no sistema de proteção social brasileiro. No que diz respeito ao tamanho, o PBF saltou de 6 milhões de famílias beneficiadas em 2004 para 14 milhões em 2014, patamar no qual o programa permanece até os tempos atuais; já no que diz respeito ao valor da transferência, houve um aumento progressivo, tendo atingido (até o ano de 2019) seu ápice em 2017. O balanço traz também os impactos do programa na redução da pobreza: segundo o IPEA, a redução observada no ano de 2017 foi de 25% para a extrema pobreza e 15% para a pobreza.

A partir do ano de 2020, impulsionado pela pandemia do Novo Coronavírus, o PBF e a transferência de renda atingiram um patamar jamais visto no país. O Governo Bolsonaro, em virtude do estado de calamidade pública, propôs um “*voucher*” no valor de R\$ 200,00. No entanto, após amplo debate do Congresso Nacional que levaram a alterações contundentes, especialmente relacionadas ao valor, o Presidente da República a partir da aprovação do Congresso, sancionou em 02 de abril de 2020 a Lei 13.982 que

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020).

¹ A medida provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, e a Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2022, extinguem o Programa Bolsa Família, instituindo o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil.

A partir dessa lei, o Governo Federal passou a pagar, em razão do estado de calamidade pública, o Auxílio Emergencial inicialmente no valor de R\$ 600,00 mensais, ao trabalhador que cumprisse cumulativamente os seguintes requisitos: seja maior de 18 anos de idade; não tenha emprego formal ativo; não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, exceto no caso do benefício do Bolsa Família, que foi substituído pelo auxílio nos casos em que era mais vantajosa a troca.

O Auxílio Emergencial teve alta cobertura na medida em que abrangeu também ao microempreendedor individual (MEI), o contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social e o trabalhador informal (BRASIL, 2020), extrapolando, portanto, o número de beneficiários e beneficiárias do PBF. Inicialmente previsto para 3 meses, o auxílio foi renovado, sendo pagas um total de cinco parcelas no ano de 2020 (BRASIL, 2020).

No ano de 2021, o Presidente da República através do Decreto N° 10.661 instituiu o Auxílio Emergencial 2021 para continuação do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional. A partir desse decreto ficou estabelecido que o Auxílio Emergencial 2021 fosse pago em quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250,00 (BRASIL, 2021). No entanto, em agosto de 2021, o governo anunciou a prorrogação do auxílio para mais três meses, sendo seu pagamento feito até outubro de 2021 (BRASIL, 2021).

Mesmo após o fim do Auxílio Emergencial, a transferência de renda não deve voltar aos padrões estabelecidos antes de vigorar o estado de calamidade pública no Brasil. Isso por que, após 18 anos, o Bolsa Família foi revogado e substituído pelo Auxílio Brasil, que teve seu início cercado por polêmicas, já que o Governo Federal não indicou a fonte de receitas para o pagamento dos R\$ 400,00 previstos.

Parte da solução para viabilizar o novo programa foi a aprovação da PEC dos precatórios, que permitiu o adiamento de parte da dívida pública devida pela União em 2022 (CASTRO, 2021). No entanto, mesmo tendo sido aprovada, a solução é temporária, já que garante o pagamento somente até o final de 2022, o que coloca em risco a perenidade do programa, sendo, portanto, uma ameaça à assistência social. Outra alternativa pensada pelo Governo Federal, seria um novo decreto para abrir créditos extraordinários no Orçamento (ADAMI, 2021), no entanto, ainda assim a continuidade do programa não estaria garantida para além do ano de 2022.

A falta de capacidade do pagamento, aliada a imprevisibilidade nas ações do Governo, faz com que o mercado venha reagido negativamente ao novo programa, o que vem causando fuga de capitais, aumento da inflação e desvalorização do real, o que em conjunto pode deixar

os brasileiros mais pobres (MOTA, 2021). A maior conquista da transferência direta de renda no Brasil foi, através do PBF, diminuir a desigualdade social no Brasil. No entanto, a falta de planejamento do governo que tenta, em ano eleitoral, instituir o novo Programa vem colocando em risco o futuro da assistência social no Brasil.

Todo esse novo contexto que vem se estabelecendo na assistência social brasileira, com a extinção do PBF e a instituição do Auxílio Brasil, aliado ao pagamento do Auxílio Emergencial em 2020 e 2021, fomentou a discussão a respeito da transferência de renda na mídia brasileira. Temas afeitos à relação da mídia com a política sempre estiveram interligados, porém, com o advento dos meios de comunicação de massa e a consequente ampliação do acesso aos agentes políticos e a seus discursos, essa relação tornou-se ainda mais particular (Miguel, 2002). Sendo, mais do que nunca, importante reconhecer que a mídia exerce influência direta na política e, conseqüentemente, nas políticas públicas.

2.3 Mídia, Política Pública e a Voz dos Beneficiários e Beneficiárias

Mídia e política são dois campos interconectados. Essa interconexão advém da influência mútua, presente em suas relações. No Brasil, essa influência ganhou notoriedade especialmente a partir do advento dos meios de comunicação de massa. Mais especificamente a partir do papel desempenhado pela Rede Globo na legitimação da ditadura militar, instituída no Brasil em 1964 e, também, a partir do papel desempenhado pela mesma emissora no desenrolar das eleições presidenciais de 1989 (MIGUEL, 2003).

Segundo Miguel (2003), a partir das eleições de 2002, ocorreram importantes avanços em direção à imparcialidade da mídia na política. No entanto, na medida em que toda notícia envolve uma seleção e uma hierarquização da informação é impossível que os veículos de comunicação atinjam a neutralidade. Sendo assim, ainda segundo Miguel (2002), o caminho para a democratização da comunicação não passa pela neutralidade, mas pelo pluralismo, ou seja, a mídia deve almejar dar espaço às diferentes vozes presentes na sociedade.

Na medida em que abre espaço a essa pluralidade de vozes, a internet ganha relevância como importante agente na disseminação da comunicação como um direito social de quarta-geração (RAMOS, 2005). A consolidação desse direito se constituiria como um importante passo em direção à liberdade e a democratização da informação. No entanto, apesar dos avanços, as vozes que ainda hoje se fazem ouvir na mídia são vozes de representantes específicos da sociedade. Como essa representação possui um viés, os meios de comunicação

reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002).

Essas consequências não dizem respeito somente ao âmbito da competição eleitoral. A inter-relação entre mídia e política vai além e abrange, também, o campo das políticas públicas. Segundo Fortunato e Penteado (2015), essa inter-relação perpassa por todo o ciclo de políticas públicas, se intensificando em três momentos: definição da agenda; implementação das políticas; e avaliação e monitoramento dos resultados alcançados. Dentre esses três momentos, se destaca a importância da voz dos beneficiários e das beneficiárias para a avaliação da política pública e sua consequente continuidade.

Essa importância se destaca ainda mais no caso das políticas sociais, como por exemplo o Bolsa Família. O ano de 2021 marcou o fim da maior e mais importante política de distribuição de renda do mundo e isso se deu sem grande alarde por parte da sociedade brasileira. Com isso, é importante destacar qual foi o papel da mídia nessa questão. Durante toda a sua vigência, o PBF ficou marcado por diferentes estigmas que o reproduziam negativamente. Como por exemplo o mito de que muitas pessoas abdicavam do trabalho para receber o benefício ou o fato verídico de que o Programa por si, não era capaz de fazer com que a pessoa beneficiada saísse da condição de pobreza.

O mito é facilmente contestado pelo valor pago pelo programa, já que este não é capaz de, sozinho, suprir todas as necessidades básicas de uma família. Além disso, vale ressaltar que mesmo suprimindo a necessidade primária da fome, existe o desejo de uma vida com dignidade. Rego e Pinzani, no livro *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania* constaram que dentre as muitas entrevistas feitas para o trabalho, somente duas pessoas abdicaram de seus empregos, sendo que uma trabalhava em situação análoga à escravidão.

Além disso, apesar de ser verdade que o benefício sozinho não é capaz de findar a situação de pobreza, ao ouvir a voz das beneficiárias, Rego e Pinzani constataram que ao longo dos anos houve um grande ganho na dignificação de suas vidas. Ademais, é importante ressaltar que:

A pobreza não poderá ser resolvida sem ampla intervenção estatal em amplos os sentidos, como o de educar, treinar e preparar os indivíduos; mas também criando, para isso, estruturas de apoio a atividades econômicas adequadas às necessidades da maioria da população e incentivando formas de trabalho mais próximas à cultura legal. Nunca é demais lembrar que nossa pobreza não é um fato contingente, mas deita raízes profundas na nossa história e na forma de conduzir politicamente as decisões estatais. (Rego; Pinzani, 2014, p. 184)

Portanto, reproduzir o Bolsa Família somente a partir do olhar elite detentora do poder, faz com que aspectos importantes, como a dignificação, deixem de ser considerados. Dar voz aos beneficiários é dar voz à própria política pública e somente a partir dessas vozes, ela poderá ser aperfeiçoada, abrindo caminhos para que a longo prazo a pobreza deixe de ser um paradigma para as famílias beneficiadas.

Ainda no que diz respeito à inter-relação entre mídia e política pública, vale ressaltar que existe uma variação na forma como uma política pública é trabalhada pela mídia de acordo com a categoria que ela representa. Do ponto de vista da análise política, entende-se que existe uma categorização entre *hard politics*, *soft politics* e *middle politics*. Por *hard politics* consideram-se os assuntos que estão no chamado núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia; por *soft politics*, considera-se os assuntos que são mais voltados para o social e por fim, por *middle politics*, temas que permitem abordagens mistas, incluindo preocupações com as contas públicas e, simultaneamente, com questões sociais. (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Tal variação se dá na medida em que quanto mais a política pública se aproxima dos assuntos que integram o núcleo do processo político, menor é o espaço dado pela mídia às vozes da sociedade, especialmente, às vozes daqueles que são beneficiários diretos da política pública. Isso é problemático na medida em que, segundo Miguel (2002), os meios de comunicação, são em si mesmos, uma esfera da representação política e, sendo assim, constituem-se como o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos.

Apesar disso, como mencionado, os meios de comunicação representam mal a diversidade social. Especialmente nas políticas sociais, a mídia atenua principalmente a voz dos principais interessados nos projetos políticos, ou seja, os beneficiários. Com isso, a política pública perde espaço no campo das disputas políticas, podendo inclusive ter consequências negativas para sua continuidade.

Portando, a fim de buscar a pluralidade de vozes para representação fidedigna da política pública pela mídia, os meios de comunicação precisam passar por um processo de democratização. Sendo importante ressaltar que esse processo deve ir além do direito social de ser informado e buscar a democratização a partir da legitimação do direito da pessoa de comunicar. Direito esse que, segundo Ramos é o “mais adequado para amparar, nas sociedades da informação e da comunicação, nossas inesgotáveis expectativas de avanço crescente da democracia da igualdade em todo o mundo” (2005, p. 247).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como uma pesquisa descritiva qualitativa. Segundo Gil (2008), “por pesquisa descritiva entende-se aquelas cujo objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis”, sendo qualitativa na medida em que se parte da observação de fatos que se deseja conhecer. Nesse caso, a pesquisa visa descrever aspectos a respeito da cobertura jornalística do PBF pela ótica do Jornal Folha de S. Paulo.

Além de descrever os fatos, a presente pesquisa visa através de pesquisa documental, de fontes primárias, feita no banco de dados do Jornal Folha de S. Paulo, estabelecer padrões a respeito da cobertura jornalística do PBF, especificamente no que diz respeito ao espaço dado a voz dos beneficiários e das beneficiárias do programa em três cadernos específicos: Poder (política); Economia e Cotidiano.

Para a constituição do corpus da pesquisa o primeiro passo é fazer a seleção dos textos, no caso, a partir do banco de dados digital do jornal Folha de S. Paulo. A exploração inicial deu-se através da busca avançada da ferramenta Google Notícias em que é possível estabelecer como recortes o período, o veículo e o caderno a ser pesquisado. A partir dessas fontes primárias, o objetivo é fazer a amostra mais ampla possível obedecendo às regras: 1) da exaustividade, ou seja, uma vez definidos os critérios de seleção, todo o corpus será analisado; 2) da representatividade, assegurando-nos de que o conjunto de textos selecionados fosse representativo do universo inicial; 3) da homogeneidade, isto é, que os princípios utilizados para a seleção dos textos fosse sempre o mesmo e também 4) da pertinência, certificando-nos de que os documentos fossem relevantes enquanto fonte de informação.

A seleção dos textos se deu a partir da combinação das palavras-chaves: Brasil, Bolsa Família, Transferência de renda, a partir do banco de dados do Jornal Folha de S. Paulo e o recorte temporal estabelecido foi o ano de 2020. Considera-se a princípio que os meios de comunicação praticam simultaneamente dois tipos de jornalismo, o informativo, que pode ser verificado nos artigos e reportagens em que o foco é a descrição dos eventos e o jornalismo opinativo, encontrado nos editoriais e nas matérias assinadas em que a opinião do articulista ou do periódico ficam explícitas. Entretanto, o limite entre estes dois tipos de jornalismo é bastante fluido. Como o objetivo da pesquisa é compreender o tom da cobertura, a profundidade e a abrangência desta, e como o jornal utiliza os informantes, os textos

informativos, resultantes da busca foram analisados com essas finalidades buscando avaliar também os limites entre informação e opinião.

Assim, após a finalização da fase compilação seguiu-se um inventário e a classificação das notícias em unidades temáticas gerais. A categorização dos textos será feita a partir de unidades de registro, ou seja, um conjunto de palavras, expressões, locuções que permitam a alocação dos textos em grupos. Nesse sentido, “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente à ‘outras coisas’” (BARDIN, 2007, p. 33). A pesquisa seguiu, assim, as etapas propostas pela análise de conteúdo, de descrição, inferência e interpretação do material de pesquisa.

Mais importante que analisar as estruturas do texto propriamente dito é compreender quais são os fatores que determinam as características deste, para assim entendermos melhor como o Programa Bolsa Família é retratado pelo jornal Folha de S. Paulo e como este repercute uma política pública e a voz de seus beneficiários. Com o objetivo de tornar ainda mais clara a exposição, serão formulados gráficos, tabelas e quadros em que poderemos verificar a tabulação desse material.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A voz dos beneficiários dentro das diferentes temáticas: política, economia e cotidiano.

A partir da ferramenta Google Notícias, na qual é possível estabelecer como recortes o período, o veículo e o caderno a ser pesquisado, foram selecionados textos do banco de dados digital do jornal Folha de S. Paulo. A seleção dos textos se deu a partir da combinação das palavras-chaves: Brasil, Bolsa Família, Transferência de renda e o recorte temporal estabelecido foi o ano de 2020. A partir dos dados obtidos, foi possível observar que o Programa Bolsa Família (PBF) é apresentado a partir da ótica de determinados nichos de interesse, dentre os quais se destacam: economia; política e assistência social. Os quais foram tratados pela Folha em três cadernos diferentes: Economia, Poder e Cotidiano.

Com isso, pode-se concluir que é possível analisar o PBF a partir de três categorias: *hard*, *middle* e *soft politics*. Segundo Miguel e Feitosa (2009), por *hard politics* considera-se o núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia; por *soft politics*, assuntos mais voltados para o social e por fim, por *middle politics*, temas que permitem abordagens mistas, ou seja, inclui preocupações com as contas públicas e, simultaneamente, com questões sociais. A partir da análise feita nos textos selecionados nos três cadernos que tratam desses nichos, foi possível observar que a voz das pessoas beneficiadas pelo programa perde destaque em determinados seguimentos.

Quando o assunto é abordado a partir do viés econômico, ou seja, dentro do contexto da política dura (*hard politics*), as vozes daqueles que estão à margem da sociedade - os beneficiários do programa - não têm relevância perante àqueles que detêm o poder, os especialistas e/ou formuladores das políticas públicas. Dentre os assuntos considerados mistos (*middle politics*), que geralmente são aqueles relacionados à política, mas majoritariamente à capacidade eleitoral do Programa, o percentual aumenta. Porém, somente nos assuntos considerados de *soft politics*, dentre os quais são tratados os benefícios sociais do programa e as consequências negativas de sua falta, as vozes dos beneficiários ganham algum espaço.

Pode-se dizer que, conforme o PBF vai sendo abordado dentro de assuntos hegemonicamente considerados mais relevantes para o funcionamento do Estado, a voz dos beneficiários vai perdendo relevância. Sendo eles, portanto, considerados incapazes de participar de assuntos que estão no núcleo no processo político.

É importante destacar que no contexto da relação mídia e política em geral, existe uma falta de interesse em expandir a participação popular para além do período eleitoral. Isso se dá, na medida em que para os detentores do poder é mais interessante manter o controle sobre a sociedade do que aumentar o controle da sociedade sobre o Estado. Para os autores elitistas isso é justificável devido ao caráter cada vez mais complexo das sociedades modernas (COSTA, 2007).

No contexto das políticas públicas e, especificamente, do Programa Bolsa Família, isso é problemático na medida em que a mídia exerce importante função no que tange à formulação da agenda e manutenção da política. Sendo assim, quando os beneficiários não são considerados dentro dos debates, o impacto positivo da política perde relevância e alguns mitos passam a ser reproduzidos como verdade. No caso do PBF, constantemente é possível identificar afirmações como a de que a pessoa beneficiada deixa de trabalhar para viver do benefício ou que não buscam meios para sair da situação de pobreza. No entanto, conforme destacado por Rego e Pinzani (2014), a situação de pobreza não é uma consequência de necessidade natural ou circunstâncias externas gerais, mas sim produção de determinadas situações sociais resultantes de escolhas políticas das elites detentoras do poder.

A fim de perpetuar a reprodução de seus discursos, essa elite preenche os diferentes espaços presentes na sociedade, inclusive a relação entre mídia e política, o que causa impactos significativos na forma como a mídia reproduz uma política pública. A Folha de S. Paulo, jornal de maior circulação do país, publicou no ano de 2020, 125 artigos que tratam do Programa e de temas que estão de alguma forma, correlacionados ao programa (distribuição de renda, fome, auxílio emergencial etc.). A partir da análise dos dados foi possível concluir que o jornal dá maior ênfase ao programa dentro de assuntos considerados de política dura.

Isso porque, no caderno de economia o termo “Bolsa Família” aparece expressivamente com um número de 101 artigos publicados. Nos demais cadernos analisados, os números despencam. O caderno “Cotidiano” apresenta 15 artigos e o caderno denominado “Poder”, 09 artigos publicados. Ou seja, mais de 80% dos artigos que abordam a temática encontram-se na página de economia.

Isso significa que somente o caderno de Economia abarca mais que o dobro dos artigos relacionados ao tema, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 – Artigos que tratam do PBF publicados pela Folha de São Paulo

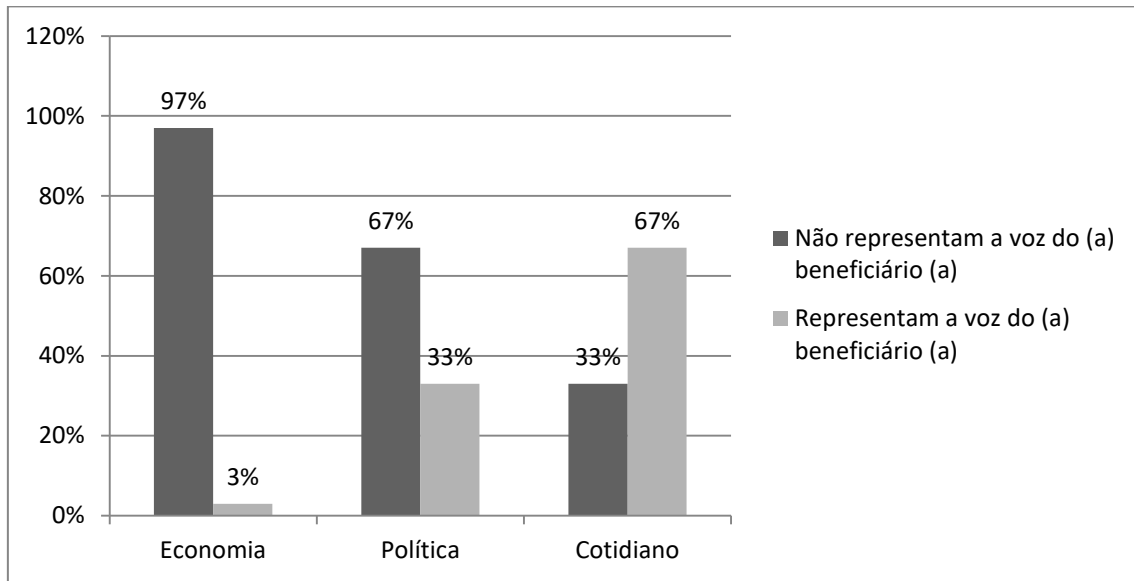
Artigos	Política	Economia	Cotidiano	Total
Não incluem a perspectiva do beneficiário.	6	98	5	109
Incluem a perspectiva do beneficiário.	3	2	10	15
Colocam a perspectiva do beneficiário em primeiro plano.	0	1	0	1
Total	9	101	15	125

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, a partir da análise geral do quadro, é possível perceber, que a grande maioria dos artigos publicados não observa a perspectiva dos beneficiários e das beneficiárias do programa. De um total de 125 artigos, 109 não ouviram suas vozes e somente 16 levam em consideração suas vivências. Além disso, os dados demonstram que apesar de majoritariamente apresentado em seu viés econômico, quando o programa foi trabalhado pela Folha de S. Paulo a partir desse viés, a voz dos beneficiários e das beneficiárias quase não foi ouvida. Proporcionalmente, o caderno de Economia é o que menos demonstrou tal perspectiva.

Pode-se chegar a essa conclusão na medida em que menos de 3% dos artigos que foram publicados pelo caderno de Economia ouviu a voz dos beneficiários e das beneficiárias. Já no caderno intitulado “Poder”, que enquadra assuntos considerados tanto de *hard politics* quanto *middle politics*, 33% dos artigos trataram do assunto considerando esse ponto de vista, o que demonstra um incremento significativo em termos proporcionais. No entanto, se considerarmos o número absoluto de artigos a quantidade ainda se revela pequena. Por fim, somente no caderno “Cotidiano”, ou seja, no caderno que trata de temas que em sua maioria são considerados “política fraca”, o número de artigos que apresentou a voz dos beneficiários foi maior que o número de artigos que não apresentou. Sendo assim, 67% dos textos selecionados neste caderno demonstram preocupação em ouvir as pessoas beneficiárias, conforme ser vistos no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Porcentagem de artigos publicados em cada caderno



Fonte: elaboração própria.

Desta maneira, no que tange a cobertura jornalística do Programa Bolsa Família pela Folha de S. Paulo, pode-se concluir que na medida em que uma pauta ganha relevância, integrando temáticas tidas como *hard politics*, a voz da população beneficiada deixa de ser ouvida. Ou seja, quando o tema é trabalhado dentro dos assuntos referentes ao núcleo do processo político, exigindo, portanto, certo grau de conhecimento técnico, o número de artigos que apresentam a perspectiva dos beneficiários e das beneficiárias se torna insignificante.

Isso é problemático na medida em que abrir espaço para que a participação seja efetiva em todas as áreas é vital para a democracia, pois para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa no todo, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas (PATEMAN, 1992).

Quanto à capacidade do beneficiário de participar ou não do debate quando a pauta estiver dentro de temas que exigem o conhecimento técnico, a própria participação, com seu caráter educativo vem como resolução para o problema. Segundo Pateman (1992), quanto mais os indivíduos participam, mais bem capacitados eles se tornam para fazê-lo. Ademais, a participação é importante para que os indivíduos exerçam o controle da política pública e para que ela seja legitimada pela população. Especialmente no caso das políticas sociais, quando a mídia não abre o espaço necessário para que a política pública seja apresentada a partir de

diferentes perspectivas, ela contribui para que a sociedade permaneça sob controle das elites detentoras do poder.

Dada a importância da cobertura midiática para a continuidade de uma política pública, faz-se necessário destacar que não basta abrir espaços para a participação, é preciso criar maneiras para que os indivíduos possam participar de forma a agregar aos debates nas mais diferentes temáticas. Dito isso, é preciso analisar mais que os números, mas a forma como a política pública é noticiada. Nesse caso, como a Folha de S. Paulo noticia a perspectiva do beneficiário e da beneficiária do Programa Bolsa Família.

4.2 Como a Folha de S. Paulo retrata a perspectiva do beneficiário e da beneficiária do PBF

Conforme destacado acima, diante do levantamento e da coleta de dados realizada, de forma exploratória e preliminar, foi possível encontrar, no Jornal Folha de S. Paulo, no ano de 2020, 125 artigos que tratam do Programa Bolsa Família (PBF) e de temas que estão correlacionados de alguma forma ao programa (distribuição de renda, fome, auxílio emergencial etc.). Entretanto, como critério fundamental de seleção do *corpus* de pesquisa apurou-se que desse total, somente 12,8% dos artigos incluíram as perspectivas dos beneficiários e das beneficiárias do programa.

Sendo assim, após leitura prévia, visando identificar aqueles que incluíram de alguma forma a voz do beneficiário, foi possível identificar 16 textos. Em seguida, foi feita leitura incessante dos textos selecionados, visando identificar quem são os beneficiários e/ou beneficiárias ouvidas e/ou ouvidos e - dentro do tema “bolsa família” - quais as possíveis categorias presentes nesses artigos. Diante disso, foi possível identificar quatro categorias diferentes: Dificuldade de acesso ao benefício; Insuficiência de renda; Alívio da pobreza; e Propulsor eleitoral. Vale ressaltar que essas categorias são temáticas gerais que aparecem nos artigos, ou seja, os artigos não tratam necessariamente somente desses temas.

Antes de tratar propriamente das categorias estabelecidas é preciso destacar o contexto pandêmico, devido ao novo Coronavírus, vivenciado no ano de 2020. A necessidade de isolamento social intensificou o debate a respeito da assistência social, mais especificamente, da transferência de renda. Dentre os 16 artigos selecionados, 14 estavam relacionados à pandemia, seja o Auxílio Emergencial distribuído pelo governo seja a intensificação da pobreza naquele último ano.

Em relação às categorias estabelecidas é possível dizer que a maioria dos artigos publicados estava relacionada à dificuldade de acesso aos benefícios sociais. Do total de 16 artigos, 07 puderam ser enquadrados nesta categoria. O contexto pandêmico também contribuiu fortemente para isso, na medida em que foi preciso distribuir para uma grande parcela da população, incluindo os beneficiários no PBF, o Auxílio Emergencial, sendo que, frequentemente, estes temas se interconectaram. Os motivos que levaram a essa dificuldade de acesso tanto ao PBF quanto ao Auxílio Emergencial, conforme descrito no material coletado, foram os mais diversos, dentre os quais se destacam a invisibilidade de uma parcela da população e a inconsistência nos dados de outra.

A invisibilidade foi um problema para Raul Aruquipa², como se pode perceber no artigo “Caixa barra pagamento de auxílio emergencial a imigrantes” (VARGAS; MONTOVANI, 2020). O boliviano, que mora há cinco anos em São Paulo e recebe o Bolsa Família, relata que foi a quatro agências diferentes da Caixa Econômica Federal para solicitar o auxílio emergencial, porém teve o pedido negado, segundo ele, por não ter consigo a Carteira de Trabalho. Essa invisibilidade também é um problema para os trabalhadores informais. Caso de Jhonatan Sampaio, que não soube responder se teria acesso ao Auxílio Emergencial: “[...] faz mais de seis anos que não trabalho registrado. Como vão saber que eu existo?” (BARAN, 2020).

Nesses e também em outros casos, como o de Grazielle Cristina Beraldo, que no artigo *À espera de auxílio do governo contra coronavírus, mães solo driblam fome acordando mais tarde*, disse estar sem esperança de receber o auxílio, é possível perceber que existe uma lacuna nas informações disponibilizadas pelo governo, já que parte das pessoas, apesar de ter o direito, não sabe como efetivá-lo (PAULUZE, 2020).

No que se refere à dificuldade de acesso, há ainda a parcela da população que além de ter direito ao benefício, sabe como efetivá-lo, no entanto, não consegue devido a inconsistências nos dados. Esse é o caso de um grupo de mães solo, que teve o auxílio emergencial negado devido a fraudes cometidas por seus ex-companheiros (PAULUZE, 2020). Ao solicitarem o auxílio do governo, elas receberam diferentes avisos, dentre eles, dados inconclusivos ou CPFs já cadastrados.

Além do sistema passível de fraudes, outro problema, dessa vez, relacionado diretamente às beneficiárias e aos beneficiários do PBF, está no Cadastro Único. Erros no sistema vêm levando a suspensão indevida da Bolsa Família e agravando a situação de

² Os nomes das beneficiárias e beneficiários foram mantidos conforme citados nos artigos jornalísticos analisados.

pobreza de muitas famílias, especialmente as compostas por mães solo. No caso de Eurení Oliveira, ela acredita que houve um erro no momento do novo cadastro, pois “Quando a mulher está gestante ou amamentando, deve receber um acréscimo. Em vez de receber, foi cortado”, relatou (ALBUQUERQUE, 2020).

Além das dificuldades no acesso, a pandemia também influenciou na capacidade do benefício de aumentar a qualidade de vida da população. Esse fator nos leva à segunda categoria observada nos artigos que foram publicados pela Folha de S. Paulo e incluem a voz dos beneficiários. Do total de 16 artigos, foi possível enquadrar 04 na categoria denominada “insuficiência de renda”. Em geral, todas as pessoas ouvidas pela Folha perderam parte de suas rendas pela necessidade do isolamento social.

Beneficiária do PBF, Branca Mendonça, no artigo *Famílias improvisam enquanto não recebem merenda nem cesta básica no Rio*, relatou ao jornal que perdeu sua renda durante a pandemia. Casada e mãe de quatro filhos, a mulher precisou recorrer a outro benefício, nesse caso, disponibilizado pela prefeitura do município em que mora. O cadastro no programa federal fez com que ela tivesse prioridade ao receber cartões de crédito no valor de R\$100,00. Além do cartão de crédito, Branca conta com a distribuição de cestas básicas, que devido a pandemia vem sendo feita aos alunos de escola pública, no entanto, relata estar tendo dificuldade para retirar o número de cestas a que teria direito devido a sua composição familiar, sendo permitida a retirada de somente uma cesta básica (BARBON; PASSOS, 2020).

Nesse contexto, em que o valor do Auxílio Emergencial pago pelo Governo Federal já não é suficiente, a entrega de cestas básicas vem superando a transferência direta de renda, especialmente por parte dos governos estaduais. Além da assistência de diferentes entes federativos, algumas famílias vêm recorrendo ao auxílio de organizações privadas e da sociedade civil. A fim de complementar os programas do governo, ONGs vêm se dividindo entre distribuições de cestas básicas e transferência direta de renda. Hanna Araújo, mãe de cinco filhos, foi uma das pessoas que precisou recorrer a essa ajuda: “Nunca precisei de cesta básica para me manter. É desesperador não saber o que vai comer amanhã”, disse ela (NOGUEIRA, 2020).

Além de Branca e Hanna, com a pandemia, outras famílias precisaram modificar completamente seus estilos de vida para se adequarem ao valor do Auxílio Emergencial disponibilizado pelo governo. Os R\$210,00 mensais advindos do PBF não são mais suficientes para complementar a renda da família de Maria, já que o marido perdeu o emprego e os cinco filhos estão sem a merenda escolar (CANZIAN, 2020). O problema se intensifica

para as famílias que não possuem casa própria. O valor distribuído pelo governo não é suficiente para manter a segurança alimentar da família e ainda arcar com as contas, especialmente o aluguel.

Ainda que muitas vezes insuficiente, os programas de transferência de renda do governo, cuja principal referência foi o PBF, são essenciais para a diminuição da condição de miséria de muitas famílias. Mesmo assim, foi possível enquadrar somente 02 artigos do corpus coletado na categoria “alívio da pobreza”. Ou seja, dos 16 artigos publicados pela Folha, os quais incluem, de alguma forma, as perspectivas dos beneficiários, somente 02 buscaram demonstrar, a partir dessa perspectiva, a importância do benefício como complemento da renda familiar.

No caso de Estevan Felipe Souza, descrito no artigo *Moradores de bairros atingidos pelas enchentes na zona leste se organizam contra Covid-19* (GALZO, 2020), a transferência de renda, através do PBF, pelo governo vem sendo essencial para a sobrevivência da sua família. Apesar de ter tido o Auxílio Emergencial negado, o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial recebido pela esposa, vem garantindo a renda de sua moradia. Outrora, ele vendia produtos nos trens e metrô de São Paulo e teve que parar devido à pandemia. No Brasil, os programas sociais sempre foram importantes para complementar a renda, combater à fome e aliviar da pobreza. No contexto pandêmico essa importância se intensificou e o reajuste no valor pago pelo Bolsa Família para o valor pago pelo Auxílio Emergencial garantiu dignidade para muitas famílias.

No caso de Mariana Santos e de sua família, o auxílio no valor de R\$ 600,00 foi essencial: “Me ajudou no período em que fiquei sem trabalhar, entre março e maio, a pagar contas atrasadas e agora a completar minha renda” (SILVA; NUNES; VELOSO, 2020). Mesmo com a diminuição do valor, ela relata que a situação está melhor, já que o marido conseguiu recuperar sua renda. Vale ressaltar que o caso de Mariana é uma exceção, pois a diminuição do auxílio fez com que muitas pessoas precisassem voltar às ruas para conseguir pagar as contas. Esse foi o caso de Maria Cícera, que no mesmo artigo relatou ter precisado voltar a vender bolo nas ruas.

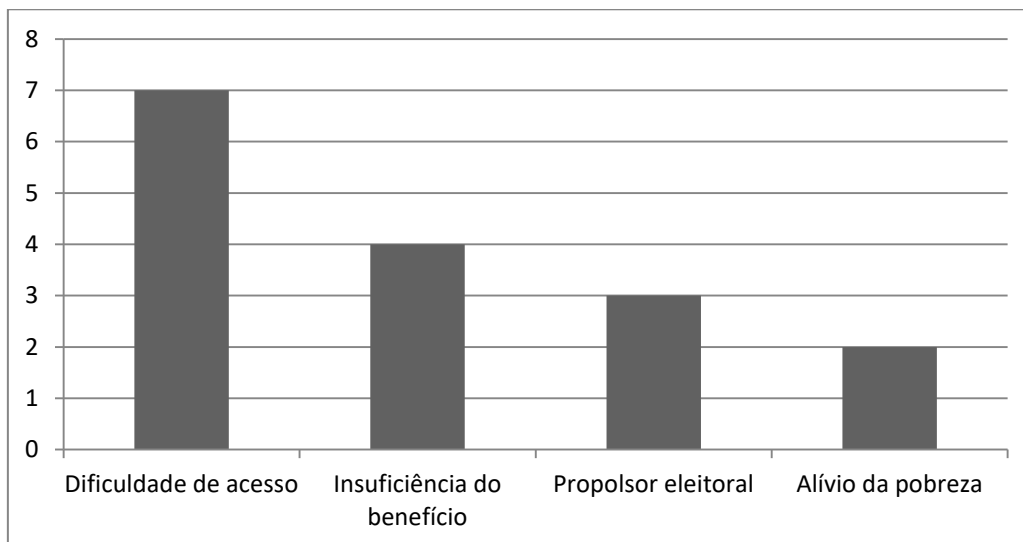
A manutenção, diminuição ou cortes nos programas de distribuição de renda do governo, além de impactar de forma positiva ou negativa na vida dos beneficiários, tendem a influenciar na capacidade eleitoral das autoridades políticas. A depender da base eleitoral, qualquer alteração na política pública pode angariar ou dissipar votos. Perante o exposto, foi possível enquadrar parte dos textos publicados pela Folha de S. Paulo na categoria que foi

denominada “Propulsor eleitoral”. Dos 16 textos publicados, 03 foram enquadrados nessa categoria.

Após receber o Auxílio Emergencial, Wellington dos Santos, no artigo *Bolsonaro é visto como “pai dos pobres” ou “pai de corrupto” no Nordeste* diz ter mudado de percepção a respeito do governo Bolsonaro: “Vejo ele como uma pessoa que, assim como Lula, trabalha para ajudar os pobres”. No mesmo artigo, Zélia Ferreira, após ter o benefício do Bolsa Família cortado, diz que o presidente está “deixando a desejar”. Além de pessoas como Zélia e Wellington, que defendem os programas de distribuição de renda e, com isso, de acordo com sua efetividade, apoiam ou deixam de apoiar o governo, existe também o grupo eleitoral a que pertence Ronaldo. Ele defende que o presidente priorize uma agenda de empregos ao invés de programas de assistência social: “Tem muita gente usando esse dinheiro para encher o caneco”, diz ele (PITOMBO, 2020).

A partir da análise dos textos e da divisão em quatro categorias diferentes, é possível perceber que os artigos publicados pela Folha de S. Paulo, quando apresentam a perspectiva do beneficiário, conforme apresentado no gráfico abaixo, tendem a dar maior enfoque a problemas como a dificuldade no acesso e a insuficiência do auxílio, deixando em segundo plano, questões importantes como a capacidade de alívio da pobreza do programa.

Gráfico 2 - Textos que incluem a perspectiva dos beneficiários



Fonte: elaboração própria.

Dificuldade de acesso e Insuficiência do benefício, duas categorias que remetem a vulnerabilidades da transferência de renda, somadas abarcam quase 70% dos textos que incluem a voz dos beneficiários e das beneficiárias publicados pela Folha no ano de 2020.

Outros 18,75% dos textos visam a partir da perspectiva do beneficiário, apresentar a capacidade que os programas têm de eleger ou reeleger determinados candidatos. E por fim, somente 12% dos textos tiveram como objetivo demonstrar a importância dos programas de distribuição de renda para o alívio da pobreza e garantia da segurança alimentar das famílias.

Na medida em que não abre espaço relevante para questões importantes do PBF, a Folha deixa de refletir, a partir do olhar do beneficiário, a realidade do programa. No ano de 2017, segundo o Ipea (2019), mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema por causa do PBF, e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza.

Quadro 1:

Data	Título	Beneficiário	Categoria	Unidade de Contexto
Economia				
09/03/2020	Mulheres sofrem mais com pobreza e fila do Bolsa Família	Duas mães solo, com mais de um filho e residentes na zona urbana.	Dificuldade de acesso ao benefício.	“Quando a mulher está gestante ou amamentando, deve receber um acréscimo. Em vez de receber, foi cortado”, diz.
23/11/2020	'Ou você come ou paga as contas', diz manicure sobre redução no valor do auxílio emergencial	Conjunto de pessoas beneficiadas pelo auxílio emergencial.	Alívio da pobreza	“Me ajudou no período em que fiquei sem trabalhar, entre março e maio, a pagar contas atrasadas e agora a completar minha renda.”
07/05/2020	Caixa barra pagamento de auxílio emergencial a imigrantes	Conjunto de imigrantes residentes há anos no Brasil.	Dificuldade de acesso ao benefício.	"Fui a quatro agências diferentes da Caixa pedir o benefício de R\$ 600, mas sempre me trataram mal e disseram que só poderia receber se tivesse carteira de trabalho, que eu perdi. Não posso tirar uma nova porque está tudo fechado por causa do coronavírus. Apresentei documentos bolivianos na Caixa, mas não aceitaram", afirma.
Poder				
12/05/2020	Candidatos derrotados em eleições têm auxílio emergencial negado e apontam falha	Pessoas que concorreram nas eleições de 2018 e 2016	Dificuldade de acesso ao benefício.	“Sou MEI [microempreendedora individual], trabalho com arte circense e eventos e estou totalmente impossibilitada de manter minhas atividades”, conta ela. "Tenho direito ao auxílio, mas não consigo nem mesmo uma orientação do que fazer."
22/11/2020	Centrão avança, e esquerda perde espaço em cidades com mais auxílio emergencial	Beneficiário do auxílio emergencial.	Propulsor eleitoral	"Ela [Márcia] não nos ajudou em nada na pandemia. E a gestão dela não olhou para os bairros onde moram os pobres", disse o comerciante Severino Lima dos Santos, 54, que recebe o auxílio.
19/08/2020	Bolsonaro é visto como 'pai dos pobres' ou 'pai de corrupto' no Nordeste	Conjunto de pessoas ouvidas individualmente	Propulsor eleitoral	“Tem muita gente usando esse dinheiro para encher o caneco”, diz Ronaldo. Ele defende que o presidente priorize uma agenda de empregos ao invés de pisar no acelerador da assistência social, com a criação do Renda

				Brasil
Cotidiano				
08/06/2020	Famílias improvisam enquanto não recebem merenda nem cesta básica no Rio	Mulher, casada, mãe de mais de um filho, desempregada devido a pandemia.	Insuficiência do auxílio.	Beneficiária do Bolsa Família, Branca teve prioridade ao receber cartões com créditos de R\$ 100 da prefeitura em abril, mas só deixaram que ela levasse dois.
07/04/2020	À espera de auxílio do governo contra coronavírus, mães solo driblam fome acordando mais tarde	Mãe solo de mais de um filho, periférica e desempregada.	Dificuldade de acesso ao benefício.	"Essa demora não me espanta, nunca consegui ajuda do governo."
29/04/2020	Mães solo têm auxílio emergencial de R\$ 1.200 negado e acusam ex-companheiros de fraude	Mães solo, que perderam renda durante a pandemia e tiveram acesso negado devido a fraude dos ex-companheiros.	Dificuldade de acesso ao benefício.	Fernanda já viu faltar alimento e diz estar recebendo ajuda de amigos e vizinhos. "Eles trazem cesta básica, produto de limpeza. Uma pagou a luz, outra, o gás." Ela também fez uma última tentativa de cadastro nesta segunda-feira (27), sem dizer que é chefe de família, para tentar garantir os R\$ 600.
17/08/2020	Sem renda e moradia, famílias invadem imóveis abandonados no centro do Rio	Mães, casadas, desabrigadas e sem renda devido a pandemia	Insuficiência do auxílio	Ela recebe R\$ 1.200 mensais, provenientes do auxílio emergencial e do Bolsa Família, e disse que o valor é insuficiente para pagar aluguel, sustentar as crianças e repor o que perdeu em casa. "Vivo com medo de ter que sair daqui de uma hora para outra, não posso ficar na rua com os meus filhos", afirmou.
27/03/2020	Nas favelas, moradores passam fome e começam a sair às ruas	Trabalhadores informais	Insuficiência do auxílio.	Na favela Nazzali, há mulheres que recebem o Bolsa Família, como Marcia Custodia, 28, mãe de três crianças. Mas os R\$ 210 mensais que ela ganha com o benefício não serão mais suficientes para sustentar também o marido, agora sem os bicos, e as crianças, sem a merenda.
21/05/2020	No extremo sul de SP, moradores sem auxílio	Diversos moradores da zona urbana que perderam a	Propulsor eleitoral	Moradora de Vargem Grande, Zélia Ferreira da Cunha, 50, diz que o presidente está "deixando a desejar".

	têm de recorrer a cesta básica	renda no período da pandemia.		Desempregada, recebia R\$ 140 do Bolsa Família, benefício cortado no início do ano sem motivos, segundo ela.
07/04/2020	Estados preferem cestas básicas a voucher para combater fome sob coronavírus	Mães de mais de um filho, moradoras da zona urbana, sem renda devido a pandemia	Porta de entrada para outros benefícios.	“Nunca precisei de cesta básica para me manter. É desesperador não saber o que vai comer amanhã”, disse ela.
22/04/2020	Sem renda para comer, catadores de Curitiba seguem na ativa mesmo na pandemia	Trabalhadores informais da periferia de Curitiba.	Dificuldade de acesso ao benefício	“Só acompanho pela televisão, eu não tenho cadastro, faz mais de seis anos que não trabalho registrado. Como vão saber que existo?”, questiona Sampaio.
26/06/2020	Moradores de bairros atingidos pelas enchentes na zona leste se organizam contra Covid-19	Homens que perderam renda durante a pandemia.	Alívio da pobreza	Apesar de não ter trabalho formal, ele teve o auxílio emergencial do governo federal negado duas vezes. A família sobrevive com o benefício do Bolsa Família e o auxílio recebidos pela esposa, além das doações dos vizinhos.
30/04/2020	Cidade com maior incidência de coronavírus do país tem fila da Caixa ao lado de hospital de campanha	Mulher. Mãe de mais de um filho.	Dificuldade de acesso ao benefício.	“Os meus filhos passaram a noite jogados nesse papelão”, diz a dona de casa e beneficiária do Bolsa Família Maria Rosilene de Souza, 52, apontando para os degraus na entrada da casa lotérica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de constituição da dimensão social da política brasileira se deu de forma lenta e gradual. Os anos 1930 dão partida a esse movimento, sendo fundamental especialmente no que diz respeito à legislação trabalhista. A partir de meados da década de 1960 houve uma radical transformação em sua armação institucional e financeira, no entanto, as mudanças foram frágeis e pouco capazes de reduzir a desigualdade social. Somente após a redemocratização, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, objetivou-se tornar a assistência social um direito universal.

A partir dessa nova concepção, a assistência social brasileira passou a ser regulamentada como uma política pública pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e materializada pelo Sistema Único de Assistência Sociais – SUAS. Dentre os benefícios operacionalizados pelo SUAS está a transferência de renda, que se consolidou como uma política pública no Brasil com a institucionalização do Programa Bolsa Família (PBF). Durante sua vigência, o PBF foi peça fundamental para o sistema de proteção social, tendo impactos significativos na redução da pobreza no Brasil. No entanto, após 18 anos o programa foi revogado através de medida provisória e posteriormente de lei instituída pelo Governo Bolsonaro.

Com o fim do programa é importante considerar o quanto a cobertura midiática influenciou esse contexto. Mídia e política são dois campos interconectados e a influência mútua presente em suas relações vai além do período eleitoral e abrange também o campo das políticas públicas. A forma como a mídia representa uma política pública varia de acordo com a categoria que ela representa. No caso da cobertura midiática do PBF pelo Jornal Folha de S. foi possível analisar o programa a partir de três diferentes categorias: economia, política e assistência social, que representam respectivamente o contexto da *hard*, *middle* e *soft politics*.

A partir das palavras chaves: Brasil, Bolsa Família, Transferência de renda e do recorte temporal estabelecido para o ano de 2020, foram selecionados um total 125 artigos, sendo 101 publicados no caderno “Economia”, 9 no caderno intitulado “Poder” e 15 no caderno “Cotidiano”. Com isso, na medida em que o caderno de economia contou com mais de 80% dos artigos publicados, foi possível concluir que o PBF, quanto representado pela Folha de S. Paulo é muito mais entendido em seu viés econômico que político e social.

No entanto, mesmo tento a grande maioria dos artigos publicados, o caderno de economia foi o que menos representou a voz das pessoas beneficiadas: de um total de 101

artigos, 2 ouviram as suas vozes. Em segundo lugar, o caderno “Cotidiano”, que trata do PBF a partir do viés da assistência social, publicou 15 artigos e desse total, 10 incluíram a perspectiva do beneficiário e da beneficiária. Por fim, o caderno “Poder”, que trata do PBF a partir do viés da política, publicou 9 artigos e somente em 3 incluíram a voz dos beneficiários e beneficiárias.

Portanto, a grande maioria dos artigos publicados não apresentaram as perspectivas dos beneficiários e das beneficiárias. Do total de 125 artigos, somente em 16 incluíram tal perspectiva e somente em um foi possível enxergá-la em primeiro plano. Isso é problemático especialmente no campo das políticas sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família, pois quando a mídia deixa de apresentar a voz das pessoas beneficiadas, a política pública perde espaço no campo das disputas, o que pode impactar negativamente na sua continuidade.

Além disso, foi possível concluir que quanto mais a política pública se aproxima dos assuntos que integram o núcleo do processo político, menor o espaço aberto aos beneficiários e às beneficiárias. É possível chegar a essa conclusão na medida em que o caderno de economia, apesar de ter a grande maioria dos textos publicados foi o que menos demonstrou a perspectiva do beneficiário e da beneficiária. Isso se deu também com o caderno “Poder”, que apesar de ter havido um aumento relativo, também apresentou um baixo número de artigos publicados com tal perspectiva. Por fim, somente no caderno de assuntos cotidianos, que traz temas que não integram o núcleo do processo político, a voz dos beneficiários e das beneficiárias ganha relevância

Tão importante quanto o levantamento quantitativo é entender como o jornal Folha de S. Paulo repercute o PBF e a voz dos beneficiários e das beneficiárias do programa. A partir da análise dos textos foi possível perceber que os artigos que apresentaram a perspectiva do beneficiário e da beneficiária, tenderam a dar maior enfoque aos problemas que aos benefícios. 70% dos textos tratavam da dificuldade do acesso e da insuficiência do auxílio; 18,75% apresentavam a capacidade que os programas têm de eleger ou reeleger determinados candidatos; e somente 12% dos textos tinham como objetivo demonstrar a importância dos programas para o alívio da pobreza e garantia da segurança alimentar das famílias.

Vale ressaltar que o presente trabalho foi construído no ano de 2021, ano marcado pelas consequências negativas do novo coronavírus. Sendo assim, todo o trabalho foi construído sob influência desse contexto de excepcionalidade, o que levou a dificuldades ao longo do percurso, principalmente no que se refere a dissociação entre os dois programas de transferência de renda, Bolsa Família e Auxílio Emergencial, e seus beneficiários. Com isso, é importante considerar que com tal pesquisa não se esgota o tema, sendo relevante novas

construções. A título de sugestão, fica a comparação entre os discursos dos beneficiários entrevistados pela Folha e discursos coletados a partir de entrevistas primárias a serem realizadas para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, Matheus. O que já se sabe sobre o auxílio Brasil? Confira perguntas e respostas. **Uol**, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/20/oque-ja-se-sabe-sobre-o-auxilio-brasil-confira-perguntas-e-respostas.htm> Acesso em: 07 de nov. de 2021.
- ALBUQUERQUE, Ana L. Mulheres sofrem mais com pobreza e fila do Bolsa Família. **Folha de S. Paulo**. 9 de Mar. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/mulheres-sofrem-mais-com-pobreza-e-fila-do-bolsa-familia.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.
- BARAN. Sem renda para comer, catadores de Curitiba seguem na ativa mesmo na pandemia. **Folha de S. Paulo**. 17 de Ago. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/sem-renda-e-moradia-familias-invadem-imoveis-abandonados-no-centro-do-rio.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.
- BARBON; PASSOS. Famílias improvisam enquanto não recebem merenda nem cesta básica no Rio. **Folha de S. Paulo**. 8 de Jun. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/familias-improvisam-enquanto-nao-recebem-merenda-nem-cesta-basica-no-rio.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.
- BEGHIN, N.; CHAVES, J. V.; RIBEIRO, J. A. C.. Gastos tributários sociais de âmbito federal: uma proposta de dimensionamento. *In*: CASTRO, J. de A.; SANTOS, C. H. M.;
- RIBEIRO, J. A. C. (org.). **Tributação e equidade no Brasil**: um registro da reflexão do IPEA no biênio 2008-2009. Brasília, 2010. p. 375- 407
- BICHIR, Renata Mirandola. O bolsa família na berlinda?. **Novos Estudos CEBRAP**, n.87, p. 115-129, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200007> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/pXqTGjkmxnJGH6SrZ9PRxKb/?lang=pt> Acesso em: 07 de novembro de 2021.
- BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (**LOAS**). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.
- BRASIL, Ministério da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social> . Acesso em: 19 de outubro de 2021.
- BRASIL. Decreto N° 10.661, de 26 de março de 2021. Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. Brasília: DF.
- BRASIL. Lei nº 13.982. **Altera a Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: DF 2 de abril de 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política nacional de assistência social, PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.

CANZIN. Nas favelas, moradores passam fome e começam a sair às ruas. **Folha de S. Paulo**. 27 de Mar. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/nas-favelas-moradores-passam-fome-e-comecam-a-sair-as-ruas.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

CASTRO, Fabrício de. Câmara aprova PEC dos Precatórios, que abre espaço para auxílio de R\$ 400. **Uol**, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/04/pec-dos-precatorios.htm> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

COSTA, Homero de Oliveira. Democracia e participação na teoria pluralista. **Revista Cronos**, v. 8, n. 1, p. 215-228, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3175> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. *In*: SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. (org). **21 anos de Regime Militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 271 – 309.

GALZO. Moradores de bairros atingidos pelas enchentes na zona leste se organizam contra Covid-19. **Folha de S. Paulo**. 26 de Jun. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/moradores-de-bairros-atingidos-pelas-enchentes-na-zona-leste-se-organizam-contracovid-19.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2008.

GOVERNO DO BRASIL, Casa Civil. Prorrogado por mais três meses o pagamento do Auxílio Emergencial 2021. **Gov.br**, 13 ago de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/prorrogado-por-mais-tres-meses-o-pagamento-do-auxilio-emergencial-2021> Acesso em: 26 de out. de 2021.

GOVERNO DO BRASIL. Bolsa Família alcançou mais de 14,2 milhões de lares em julho. **Gov.br**, 28 jul. 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/bolsa-familia-alcancou-mais-de-14-2-milhoes-de-lares-em-julho> Acesso em: 26 de out. de 2021.

IPEA. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. *In*: **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. **Dados**, vol.46 n°.2, p. 289-310 Rio de Janeiro, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000200004> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/btxKtckGWqyMwv37ffNKS4M/?lang=pt> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e as práticas políticas. **Lua Nova** Nº 55-56, p. 155-184, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5Gcb9c7zydHkDNxNHsR8mPF/?lang=pt> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

MIGUEL, Luís Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, vol.52, n.1, p. 201-221, Rio de Janeiro, Mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100006> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/ZT6J5vBHs7tRCvxXNJY8F8C/?lang=pt> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTA, Camila Veras. Como manobra do teto de gastos para viabilizar Auxílio Brasil pode deixar brasileiros mais pobres. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/como-manobra-do-teto-de-gastos-para-viabilizar-auxilio-brasil-pode-deixar-brasileiros-mais-pobres.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. de. Efeitos macroeconômicos do Programa bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In: CAMPELO, Tereza; NERI, M. C. (org). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão*. Brasília: Ipea, 2013. p. 193-206. Brasília, 2013.

NOGUEIRA. Estados preferem cestas básicas a voucher para combater fome sob coronavírus. **Folha de S. Paulo**. 7 de Abr. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/estados-preferem-cestas-basicas-a-voucher-para-combater-fome-sob-coronavirus.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PAULUSE. Mães solo têm auxílio emergencial de R\$ 1.200 negado e acusam ex-companheiros de fraude. **Folha de S. Paulo**. 29 de Abr. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/maes-solo-tem-auxilio-emergencial-de-r-1200-negado-e-acusam-ex-companheiros-de-fraude.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

PAULUZE. À espera de auxílio do governo contra coronavírus, mães solo driblam fome acordando mais tarde. **Folha de S. Paulo**. 2 de Abr. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/a-espera-de-auxilio-do-governo-contracoronavirus-maes-solo-driblam-fome-acordando-mais-tarde.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao Welfare State In: _____. *Política social: temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

PITOMBO. Bolsonaro é visto como 'pai dos pobres' ou 'pai de corrupto' no Nordeste. **Folha de S. Paulo**. 19 de Ago. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/bolsonaro-e-visto-como-pai-dos-pobres-ou-pai-de-corrupto-no-nordeste.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Unesp, 2005. p. 245-253 Disponível em:

<https://andi.org.br/documento/comunicacao-direitos-sociais-e-politicas-publicas/> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 38, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029> . Acesso em: 2 abr. 2022

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. Vozes do bolsa família: Autonomia, dinheiro e cidadania. 2.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 184.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?. **Revista de políticas públicas**. v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3778/1862> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

SILVA; NUNES; VELOSO. Ou você come ou paga as contas', diz manicure sobre redução no valor do auxílio emergencial. **Folha de S. Paulo**. 23 de Nov. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/ou-voce-come-ou-paga-as-contas-diz-manicure-sobre-reducao-no-valor-do-auxilio.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.

VARGAS; MONTOVANI. Caixa barra pagamento de auxílio emergencial a imigrantes. **Folha de S. Paulo**. 7 de Mai. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/caixa-barra-pagamento-de-auxilio-emergencial-a-imigrantes.shtml> Acesso em: 07 de novembro de 2021.